



ACÓRDÃO Nº822/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10354/2022.**
- 2- **Assunto:** Consulta.
- 3- **Objeto:** Consulta Interposta pela Associação Amazonense de Municípios - AAM, representada acerca do do efeito retroativo da ampliação do conceito de profissionais da educação definida pela lei nº 14276/2021.
- 4- **Partes:** Jair Aguiar Souto.
- 5- **Advogado:** Não possui.
- 6- **Unidade Técnica:** CONSULTEC.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 966/2022-DIMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Consulta.

Conhecimento. Resposta. Ciência. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art. 5º, inciso XXIII, art. 11, inciso IV, alínea "f", art. 274, art. 275 e art. 278, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Conhecer da presente Consulta formulada pela Associação Amazonense de Municípios (AAM), na pessoa de seu Presidente, o **Sr. Jair Aguiar Souto**, Prefeito Municipal de Manaquiri, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 274, § 2º, e no art. 278, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.2. Responder ao questionamento do Consulente nos seguintes termos:

"A Associação Amazonense de Municípios solicita o posicionamento deste Tribunal de Contas a respeito se há efeito retroativo da ampliação do conceito de profissionais da educação definida na Lei 14.276/2021, considerando que ainda não houve concordância a partir de qual momento se tem os efeitos da nova legislação (Lei 14.276/2021)."

Responde-se que não há o que se falar em efeito retroativo da Lei para ampliação do conceito de profissionais da educação, pois, conforme determina o art. 2º da Lei nº 14.276/2021, o referido diploma deve entrar em vigor na data de sua publicação. Com isso, deveria se dar destinação proporcional dos recursos entre os profissionais da

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº822/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

educação reconhecidos pela redação anterior do art. 61 da LDB (redação originária da Lei 14.113), até 26.12.2021, podendo, a partir desta data, serem contabilizados os demais profissionais que até então não integravam a subvinculação;

9.3. Dar ciência à consultante, Associação Amazonense de Municípios (AAM), na pessoa de seu Presidente, o **Sr. Jair Aguiar Souto**, Prefeito Municipal de Manaquiri, da Decisão do Colegiado, fornecendo cópia do Relatório nº 15/2019-CONSULTEC, fls. 108/111, bem como do Parecer nº 6528/2019-PGC-MPC, às fls.115/119-v;

9.4. Arquivar o presente processo, com fulcro no art. 164, §1º, da Resolução nº 04/2002-RI/TCE-AM, por exaurimento de sua finalidade.

10- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 31 de maio de 2022.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral